

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.263 - RO (2019/0063457-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE PIMENTA BUENO - RO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT
INTERES. : ROGERIO CAMPOS MARTINS
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado, com fundamento no art. 105, I, "d", da Constituição Federal, entre o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PIMENTA BUENO - RO**, o suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT**, o suscitado.

Na origem, trata-se de execução de pena decorrente de sentença proferida pelo Juízo Matogrossense, que declinou de sua competência para o Juízo de Pimenta Bueno - RO, uma vez que o sentenciado possui residência e família naquela Comarca.

De seu turno, o Juízo de Pimenta Bueno - RO suscitou o presente conflito, aduzindo que:

"(...) Com efeito, em breve análise dos atos do processo, bem como as cópias do SEI juntadas, se verifica que este juízo, em ocasião anterior, indeferiu o pleito de vaga, e também indeferiu o prosseguimento das cartas precatórias encaminhadas a esta comarca, considerando que o reeducando é apenado do regime semiaberto e fiscalização pretendia que permanecesse nesta comarca sem tornozeleira eletrônica, o que vai de encontro com a forma de execução das penas neste juízo. As razões desta Magistrada encontram-se sobejamente demonstradas às fls. 112/114, sendo manifestado pelo Grupo de Monitoramento - GMF/RO a conformidade com as informações prestadas e a discordância com a forma anômala na qual se pretende a execução da pena do reeducando, conforme fls. 115/115 v.. Assim sendo, mesmo após as determinações deste juízo, na data de 21/05/2018 houve nova determinação de remessa destes autos, sem solicitação de vaga, sendo os autos remetidos a este juízo. Também verifico que não consta dos autos a decisão prolatada pela Corregedoria do TJMT, embora se faça menção a ela.

Dito isso, verifico que embora tenha o juízo da comarca de Tangará da Serra/MT determinado a "remessa", verifico que não houve declínio de competência a este juízo, razão pela qual se impõe a remessa dos autos ao STJ ante a existência de conflito de competência.

Com efeito, no caso em tela havia a necessidade de anterior solicitação de vaga, esclarecendo a situação processual do reeducando antes de determinar a remessa a este juízo. E desde já é de se mencionar a inexistência de vaga na unidade de Pimenta Bueno para o cumprimento da pena. [...] Ainda, de acordo com o disposto

no art. 20, § 3º, do MASPE, aprovado pelo Decreto Estadual n. 18.329/2013, a remoção do reeducando para outra unidade prisional em comarca diversa é necessário observar a existência de vaga autorizada pelo Juiz da Execução Penal.

Outrossim, conforme consignei na decisão prolatada no SEI, entendo que não há possibilidade de que o juízo da execução encaminhe carta precatória para fiscalização de pena de reeducando em regime semiaberto em outra comarca, principalmente quando as condições daquele juízo - dentre elas, a ausência de monitoramento eletrônico - sejam diversas das condições deste juízo, sem mencionar a possibilidade de prática de falta grave, o que implicará no recolhimento do reeducando a esta Unidade Prisional.

De acordo com o entendimento deste juízo, bem como do GMF/RO, só existiria possibilidade de fiscalização no caso de reeducando do regime aberto ou em livramento condicional, o que não é o caso dos autos.

Outrossim, ser mantido próximo aos seus familiares também não é direito absoluto do reeducando e deve ser analisado de acordo com a possibilidade e conveniência da administração pública (art. 86 da LEP), devendo o juiz levar em conta, não apenas as conveniências pessoais e familiares do preso, mas, também, os da administração pública, sobretudo quando relacionadas com o efetivo cumprimento da pena.

Por tais razões, SUSCITO O CONFLITO negativo de competência, nos termos do art. 114, I c/c art. 115, III do Código de Processo Penal, determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, ao cartório para que encaminhe cópia integral deste processo à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vinculando o SEI n. 0000329-80.2018.8.22.8800, para conhecimento e providências que entender necessárias, já que em momento anterior a Corregedoria do Eg. TJRO foi que se esclareceu a impossibilidade de fiscalização do cumprimento de pena do reeducando nos moldes pretendidos pelo ilustre magistrado de Mato Grosso, havendo alguns dias depois, a simples remessa dos autos a esse Juízo. Considerando que os autos são remetidos ao STJ pelo meio digital, o processo físico permanecerá por ora nesta comarca, para que sejam assegurados os direitos do reeducando, devendo ser encaminhado concluso com urgência após as providências e certificação nos autos para análise da necessidade ou não de determinação do recolhimento do reeducando, considerando que encontra-se no regime semiaberto, que nesta comarca é cumprido dentro da Unidade Prisional, salvo em relação aos presos em trabalho externo, que são mantidos em monitoramento eletrônico." (e-STJ fls. 259-263)

Nessa instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitado (e-STJ, fls. 272-275).

É o relatório.

Decido.

Cumpre registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a

tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Há muito se firmou jurisprudência nesta Corte Superior acerca do tema, consolidando o entendimento de que havendo alteração do domicílio, a competência para a execução penal permanece com o Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do novo domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência.

Nesse sentido:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS CRIMINAIS ESTADUAIS: EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO PREVENTIVA EM OUTRA COMARCA. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL - ART. 86 DA LEP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA.

1. O simples fato de o condenado estar preso em Comarca diversa daquela competente para a execução da sentença, em cumprimento de mandado de prisão preventiva expedido por um terceiro Juízo, não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena. Precedentes.

2. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da Comarca de Rio Meleiro/SC, o suscitado, para a execução da pena do condenado" (CC 148.926/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 27/10/2016).

"PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO DO REEDUCANDO. NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA. COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PENA: JUÍZO ORIGINÁRIO DA EXECUÇÃO PENAL.

1. A competência para a execução da pena não se confunde com a fiscalização do seu cumprimento que, em algumas situações, é deprecada em razão da transferência do reeducando ao local de seu domicílio ou do domicílio de sua família.

2. A jurisprudência desta Corte entende que a transferência de preso para local próximo de sua família, onde possa obter resultados mais favoráveis no processo de ressocialização, depende de consulta prévia ao juízo de destino.

3. Inexistindo vaga, na localidade de domicílio do reeducando, no regime em que se encontra em cumprimento de pena, tanto a execução quanto a fiscalização da reprimenda devem ser mantidas com o Juízo originário da Execução.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Foz do Iguaçu/PR, suscitado." (CC 148.441/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/08/2017).

Por outro vértice, "é assente na jurisprudência desta Corte que a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de transferência de preso. Ademais, esta Corte entende que o direito que o preso tem de

cumprir pena em local próximo à residência, onde possa ser assistido pela família, é relativo, pois a transferência pode ser negada desde que a recusa esteja fundamentada em fatos concretos que impossibilitem o recebimento do apenado, como ocorreu no presente caso, em que a decisão apresenta problemas de superlotação e falta de segurança" (AgRg no CC 137.281/MTm Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/10/2015).

Destaco ainda :

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO POR VONTADE PRÓPRIA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal.

2. **A transferência da execução da pena não pode ser determinada de maneira unilateral, sendo necessária a prévia consulta ao juízo para o qual o sentenciado pretende ser transferido, notadamente para se verificar a disponibilidade de vagas no sistema prisional local.**

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, o suscitado." (CC 117.561/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 11/06/2012, grifou-se)

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência para a execução da pena o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Tangará da Serra - MT, o suscitado, reconhecendo, contudo, a validade da recusa da transferência pelo Juízo suscitante, uma vez que o fez por decisão devidamente fundamentada.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator